

**MUDANÇA DEMOGRÁFICA, PREVIDÊNCIA SOCIAL E TRABALHORES
LONGEVOS NO BRASIL: UMA INVESTIGAÇÃO A PARTIR DOS DADOS DA PNAD,
1999-2009**

**DEMOGRAPHIC CHANGE, SOCIAL SECURITY AND WORKER OLDEST IN BRAZIL:
AN INVESTIGATION FROM PNAD's DATA, 1999-2009**

**CAMBIO DEMOGRÁFICO, PREVISIÓN SOCIAL Y TRABAJADORES
LONGEVOS EN BRASIL: UNA INVESTIGACIÓN A PARTIR DE DATOS DE PNAD,
1999-2009**

Elisangela Luzia Araujo¹
Doutoranda em Economia PPGE-UFRGS
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Av. Colombo, 5.790, Jd. Universitário, CEP 87020-900, Maringá, Paraná,
Departamento de Economia. Bloco C34 – sala 11.
Email: elisangelal_araujo@yahoo.com.br

Adriana Evarini
Mestre em Economia Programa de Pós Graduação em Economia
Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Email: adrianaevarini@hotmail.com

Eliane Cristina de Araujo
Professora Adjunta do Departamento de Economia
Universidade Estadual de Maringá (DCO-UEM)
Email: elianedearaujo@gmail.com

Maria de Fátima Garcia
Professora Associada do Departamento de Economia
Universidade Estadual de Maringá (DCO-UEM)
Email: mfgarcia@uem.br

Rosalina Lima Izepão
Professora Associada do Departamento de Economia
Universidade Estadual de Maringá (DCO-UEM)
Email: rlizepao@uem.br

RESUMO

¹ Doutoranda em Economia – Área de concentração Economia do Desenvolvimento – Programa de Pós Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul / PPGE-UFRGS,



Este artigo tem como objetivo avaliar a trajetória do emprego formal dos trabalhadores das faixas etárias de 50 anos e buscando averiguar as características e a natureza dessa inserção, uma investigação do perfil dos indivíduos, da remuneração recebida e dos ramos de atividade que encontram-se inseridos. A referida análise é estendida para contemplar a parcela de trabalhadores aposentados, mas que ainda permanecem no mercado de trabalho. O procedimento analítico vale-se de uma análise teórica e outra parte empírica, a qual tem como base as informações coletadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre os anos de 1999 a 2009. Os principais resultados indicaram que os trabalhadores com idade superior a 50 anos situam-se predominantemente na faixa etária entre 50 e 59 anos, possuem baixa escolaridade e pertencem à classe de renda mais baixa (E), seguida pela classe C. No que concerne aos aposentados ainda em atividade, constatou-se que estes são, principalmente, da faixa etária entre 60 e 69 anos e que recebem os menores níveis de rendimentos, indicando que o retorno ao trabalho, para estes trabalhadores, é uma necessidade econômica e não uma opção no período estudado.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho; Trabalhadores longevos; PNAD; Economia Brasileira.

ABSTRACT

This article aims to evaluate the trajectory of formal employment of workers in the age groups 50 years and over - the so-called oldest workers - in Brazil in order to investigate the characteristics and nature of this insertion, from a research profile of individuals, remuneration received and industries that are they inserted. This analysis is extended to include the portion of retired workers, that still remain in the labor market. The analytical procedure relies on a theoretical analysis and empirical analysis, which is based on information collected by the National Survey by Household Sampling (PNAD), between the years 1999 to 2009. The main results indicated that workers aged over 50 years are predominantly aged between 50 and 59 years, have low education and belong to the lower income class (E), followed by the class C. Regarding to retirees that are still in activity, it was found that they are mainly in the age group between 60 and 69 years old, receive the lowest levels of income, indicating that the return to work for these workers, it is an economic necessity, not an option during the study period.

Keywords: Labour market; Older Workers; PNAD; Brazilian Economy.

RESUMEN

Este artículo objetiva evaluar la trayectoria del empleo formal de los trabajadores de las franjas etarias de 50 años, buscando averiguar las características y la naturaleza de esta inserción, una investigación del perfil de los individuos, de la remuneración recibida y de los ramos de actividad que se encuentran insertados. Este análisis es extendida para contemplar la parte de trabajadores jubilados, pero que todavía permanecen en el mercado de trabajo. El procedimiento analítico es hecho de un análisis teórico y otra parte empírica, la cual tiene como base las informaciones colectadas por la “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)”, entre los años de 1999 y 2009. Los principales resultados indicaron que los trabajadores con edad superior a 50 años se encuentran predominantemente en la franja etaria entre 50 y 59 años, tienen baja escolaridad y pertenecen a la clase de renta más baja (E), seguida por la clase C. Con respecto a los jubilados que todavía están en actividad, se ha constatado que estos son, principalmente, de la franja etaria entre 60 y 69 años y que reciben los menores niveles de rendimiento, indicando que el retorno al trabajo, para estos trabajadores, es una necesidad económica y no una opción en el periodo estudiado.

Palavras-clave: Mercado de trabalho; Trabalhadores longevos; PNAD; Economia.

JEL: J-62, J-24, C-31

1 INTRODUÇÃO



Na trajetória recente do desenvolvimento brasileiro, algumas questões referentes ao mercado de trabalho ganharam notoriedade, entre elas, a relação entre a participação (e a qualidade desta), dos trabalhadores pertencentes às faixas etárias mais elevadas.

De acordo com Pochmann (1998), a inserção diferenciada da parcela da força de trabalho com mais de 50 anos foi uma característica do mercado de trabalho brasileiro, que ficou evidenciada, particularmente, no período a partir do final dos anos 1980 e, ao longo de toda a década de 1990, quando as dificuldades pelas quais passava a economia colocaram em evidência os vários problemas do mercado de trabalho, expondo à maior vulnerabilidade parcela representativa da força de trabalho.

Segundo este autor, o citado fenômeno, marcante naquele período, podia ser considerado uma forma de desemprego, o desemprego por exclusão, que atingiu acentuadamente os trabalhadores das faixas etárias mais elevadas, notadamente aqueles com mais de 50 anos, que passavam a ser substituídos por empregados mais jovens e escolarizados. Não obstante, não apenas em nível nacional, mas refletindo uma tendência mundial, foram estimulados pelo Estado e adotados, por muitas empresas públicas e privadas, os planos de aposentaria precoce, conhecidos ainda como PDVs (Programas de Demissão Voluntária).

Com efeito, em face desses mecanismos de exclusão era comum verificar que, por volta dos 50 anos, o trabalhador perdia espaço no ambiente de trabalho, passando a sofrer pressões, no sentido de aceitar tarefas que o colocavam em “disfunção” ou a se aposentar precocemente. A outra possibilidade era a demissão. Neste caso, dificilmente o trabalhador conseguia o reemprego nas ocupações formais, ingressando numa “trajetória de marginalização e ocupações precárias”.

Quando se adentra a década dos anos de 2000, as condições de inserção deste grupo de trabalhadores, historicamente mais vulneráveis, parecem apresentar-se um pouco mais favorável, ao menos do ponto de vista da possibilidade de participação no mercado de trabalho, destoando claramente da situação anterior. Tal fato parece ser uma marca da nova década, pois nesta, não apenas os trabalhadores das faixas etárias mais avançadas (aposentados inclusive), mas donas de casa que nunca se inseriram formalmente no mercado de trabalho, passaram a ser contratadas formalmente, até mesmo para os postos de trabalho, que costumavam constituir-se em verdadeiros redutos dos trabalhadores mais jovens. A principal explicação para esse fenômeno é o chamado

“bônus demográfico”, que advém do envelhecimento populacional e que tem implicações importantes sobre a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. (DIEESE, 2012).²

Nesse novo contexto, é possível constatar o aumento da participação das faixas etárias acima de 50 anos no mercado de trabalho brasileiro, como parte de uma tendência já observada em outras economias desenvolvidas, devido ao envelhecimento populacional, pelo menos, desde as duas últimas décadas do século XX. No Brasil, os dados do IBGE (2010)³, mostram que a parcela da população total que tem mais de 50 anos foi de 40% em 2009. Além disso, considerando-se o segmento da população ocupada total, essa faixa etária foi a que mais cresceu entre 2001 e 2009, atingindo 3,6 pontos percentuais (p.p.), valor três vezes maior, se comparado à faixa etária de 24 a 49 anos, que cresceu 1,2 p.p., nesse período.

Dentre as causas da nova tendência, Soares (2011) destaca razões de ordem econômica, social e cultural, como a queda continuada da taxa de fecundidade, que está conduzindo ao aumento da idade média da população. Vale destacar, o ciclo de recuperação econômica recente e a própria mudança na cultura das empresas que, devido à escassez de mão de obra qualificada, tornaram-se mais propensas à contratação de trabalhadores longevos.

Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa é avaliar a trajetória comportamental do emprego, notadamente das faixas de idade mais altas da população, buscando averiguar as características e as tendências dessa inserção. Busca-se investigar não apenas a evolução do emprego dos trabalhadores com 50 anos e mais, mas a sua qualidade, segundo uma caracterização do perfil dos indivíduos, da remuneração recebida e dos ramos de atividade em que estes estão inseridos. Procedimento semelhante será adotado com relação aos trabalhadores aposentados, mas que continuam inseridos no mercado de trabalho.

A metodologia utilizada consiste em uma análise teórica e empírica com base nas informações coletadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os anos de 1999 e 2009, excetuando-se o ano de 2000, para o qual não se tem a disponibilidade da pesquisa.

Para cumprir com o objetivo proposto, este trabalho se divide em três seções, além desta breve introdução e das considerações finais. Na seção 2 apresenta-se uma discussão de algumas

² Uma das razões disse deve-se ao crescimento mais que proporcional da população em idade ativa (15 a 64 anos) que cresceu a uma taxa média anual superior à média da população inativa (razão dependência demográfica). Tal que deveverão ser os menores para o Brasil no período de 2010 até aproximadamente 2025, do que em qualquer outro momento da história brasileira recente. Por essa razão, representaria oportunidade para o “enriquecimento” da sociedade ou um bônus demográfico.

³ Dados da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD)

questões relevantes à dinâmica da evolução da participação das faixas etárias mais altas na força de trabalho, a saber: a mudança na “pirâmide etária” brasileira, a questão da Previdência Social e o próprio aumento recente da participação da faixa etária acima de 50 anos no mercado de trabalho brasileiro. A terceira seção discorre sobre a base de dados e a metodologia utilizada. A quarta seção apresenta uma discussão dos resultados explicitando a evolução da participação e as características da força de trabalho de 50 anos e mais, destacando o rendimento, os ramos de atividade e estendendo a referida análise para os trabalhadores já aposentados, mas que permanecem no mercado de trabalho. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES DE FAIXA ETÁRIA MAIS ELEVADA NO MERCADO DE TRABALHO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

A questão do aumento recente da participação das faixas etárias mais elevadas no mercado de trabalho é uma discussão oportuna na economia brasileira, vindo de encontro às tendências verificadas em outras economias desenvolvidas, pelo menos desde as duas últimas décadas do século XX.

De acordo com os dados do IBGE (2010)⁴, a parcela da população total que tem mais de 50 anos foi de 40% em 2009. Dentro do segmento da população ocupada, essa faixa etária foi a que mais cresceu entre 2001 e 2009: 3,6 pontos percentuais, três vezes mais se comparada à faixa etária entre 24 e 49 anos, que cresceu 1,2 ponto percentual, no mesmo período.

Determinada por uma série de razões de ordem econômica, social, cultural, entre elas a queda da taxa de fecundidade, que vem provocando o aumento da idade média da população; a recuperação econômica recente, que abriu maiores perspectivas de recepção para essa parcela da força de trabalho e a própria mudança cultural nas organizações, a nova realidade que vem se configurando traz importantes implicações para a economia brasileira.

Há pelo menos três razões importantes para se estudar a participação das pessoas de faixas etárias mais altas no mercado de trabalho brasileiro. A primeira diz respeito às mudanças na estrutura etária da população, ou ainda, o envelhecimento desta, que também implica o envelhecimento da força de trabalho. A segunda refere-se à previdência social, instituição para a qual a nova realidade implica em mudanças na dinâmica de funcionamento, particularmente com

⁴ Dados da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD)

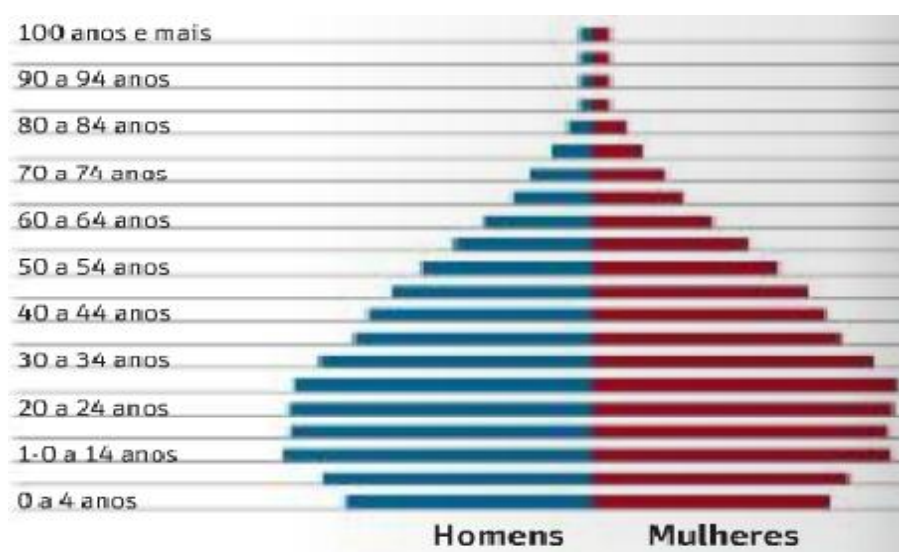
respeito ao seu financiamento. A terceira diz respeito à própria evolução da parcela de trabalhadores de 50 anos e mais na força de trabalho brasileira, cuja participação relativa elevou-se continuamente na última década. Alguns elementos dessa análise são discutidos a seguir.

2.1. As mudanças na “pirâmide” etária brasileira

Um primeiro motivo para que se conceda atenção à questão da inserção e, de sua qualidade, das faixas etárias mais altas no mercado de trabalho brasileiro é o fato de que está ocorrendo uma modificação na “pirâmide” etária brasileira, no sentido do estreitamento da sua base (Figura 1), determinando uma nova dinâmica social, com reflexos sobre a dinâmica do mercado de trabalho.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ⁵ a estrutura etária da população, que na década de 1960 tinha o formato de uma pirâmide, está se alterando, devido ao crescimento da população do país em ritmo cada vez mais lento. Na década de 2000, a expansão demográfica foi de 1,17% a.a, em média, tendo registrado 1,64% na década anterior (anos 1990). A título de comparação, nos anos 1960, essa taxa foi de 2,89%.

Na raiz dessa mudança, está o aumento dos anos de escolaridade das mulheres e a consequente elevação de sua participação no mercado de trabalho, assim como o maior alcance dos programas públicos de planejamento familiar, entre outros fatores.



⁵ Censo (2010)

Figura 01. Pirâmide etária brasileira – 2010. Fonte: IBGE (2011)

As taxas de natalidade mais baixas implicam em uma média de idade maior no país e, permanecendo tal tendência, a população deverá crescer positivamente por mais duas décadas e, a partir de então, estacionar ou mesmo declinar, apresentando um perfil semelhante ao dos países atualmente desenvolvidos.

Diante disso, não só a população estará mais velha, mas força de trabalho terá seu perfil alterado, demandando políticas públicas mais condizentes com a nova realidade. De acordo com Walker (2005), uma questão que emerge dessa dinâmica é a discussão sobre o envelhecimento ativo, que se refere à permanência no mercado de trabalho das pessoas com mais idade, uma tendência em curso em alguns países do mundo, notadamente na União Europeia. Nesses países, onde a idade média da força de trabalho está se elevando, a ação da política econômica já vem incorporando medidas pró-ativas relativas à idade e ao emprego, ao treinamento dessa mão de obra e outras ações junto às empresas, etc.

Assim, se naqueles países, as décadas de 1970 e 1980 marcaram a saída, por meio de planos de aposentadoria precoce, de parcela significativa de trabalhadores, até mesmo como forma de remediar o elevado desemprego, hoje a preocupação é outra: garantir a sua permanência no mercado de trabalho, uma vez que a população total está envelhecendo e continuará a envelhecer na região. No Brasil, está é uma característica em fase inicial, mas trata-se de uma tendência certa, para a qual atenção adicional deve ser dispensada.

2.2 A questão previdenciária e o envelhecimento ativo

Uma segunda questão, que não deixa de ser decorrente da primeira, é a questão previdenciária.

Nesse aspecto destaca-se que, ao longo das últimas décadas, foram feitas diversas tentativas, sendo duas reformas (1998 e 2003), além de diversas emendas, com o intuito de melhorar o funcionamento do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). De acordo com Santos (2009), na reforma de 1998, as principais modificações introduzidas no RGPS foram:

- ✓ Mudança no texto constitucional de “anos de serviço” para “anos de contribuição”, visando pagar o benefício apenas para aqueles que comprovassem o tempo mínimo de contribuição, pois anteriormente o trabalhador que apresentasse documentação comprovando anos de serviço, mesmo sem contribuição à Previdência, tinha o benefício assegurado;
- ✓ Extinção da aposentadoria proporcional por tempo de serviço, definindo que homens e mulheres devem comprovar 35 e 30 anos de contribuição, respectivamente, estimulando o prolongamento da vida ativa dos trabalhadores;
- ✓ Mudança da regra de cálculo do valor dos benefícios;
- ✓ Fim da aposentadoria especial para professores universitários e aeronautas, entre outros;
- ✓ Restrição da concessão de isenção da contribuição patronal e entidades filantrópicas;
- ✓ Definição de limite mínimo de idade para aposentadoria por tempo de serviço dos servidores públicos em 60 anos para homens e 55 anos para mulheres;
- ✓ Regime misto (celetista e estatutário) para os novos ingressantes na administração pública.

A segunda reforma, ocorrida em 2003, não introduziu grandes mudanças em relação a 1998, sendo a principal medida tomada a prorrogação da Desvinculação Receitas da União (DRU)⁶ até 2007 e, neste último ano, nova prorrogação, até 2011. Mais recentemente, em abril de 2007, entrou em vigor a Lei Complementar 123, que alterou a Lei 8.212/91, que trata dos contribuintes individuais (trabalhadores autônomos sem vínculo e segurados facultativos que não trabalham), que puderam optar pelo Plano Simplificado, que consistiu em reduzir o percentual de contribuição destes de 20% para 11% do salário mínimo⁷. O intuito da lei foi possibilitar que muitos trabalhadores informais, donas de casa, jovens, etc. passassem a contribuir junto à Previdência Social. Outra mudança foi feita pela Lei Complementar 128, de dezembro de 2008, com a instituição de um regime específico para o Microempreendedor Individual, que pode optar pelo recolhimento de impostos e contribuições pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, no qual estão sujeitos, basicamente, à contribuição previdenciária, ao ISS e ao ICMS (SANTOS, 2009).

⁶ A DRU (Desvinculação dos Recursos da União) tem origem na proposta do Poder Executivo, enviada ao Congresso Nacional, em 1994, de um projeto de emenda à Constituição que autorizava a desvinculação de 20% de todos os impostos e contribuições federais, para a formação de uma fonte de recursos livre de carimbos. Foi criado, inicialmente, o Fundo Social de Emergência, posteriormente denominado Fundo de Estabilização Fiscal que vigorou até 31 de dezembro de 1999. Este passou a ser reformulado a partir do ano 2000, passando a se chamar DRU- (Desvinculação de Recursos da União) tendo sua prorrogação aprovada pelo Congresso Nacional até 2007 e depois, até 2011. O objetivo da DRU objetiva maior flexibilidade à alocação dos recursos públicos pelo governo federal.

⁷ Esse tipo de contribuição dá direito a aposentadoria por idade, auxílio doença, salário-maternidade, pensão por morte, auxílio reclusão ou aposentadoria por invalidez, excluindo a aposentaria por tempo de contribuição.

Uma medida que também merece destaque é a criação do fator previdenciário, aplicado para cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição e por idade, sendo opcional no segundo caso. Sua criação teve como objetivo equiparar a contribuição do segurado ao valor do benefício, baseando-se em quatro elementos: alíquota de contribuição, idade do trabalhador, tempo de contribuição à Previdência Social e expectativa de sobrevida do segurado (MPS, 2010). Além disso, ficaram isentos da contribuição os trabalhadores que já atingiram a idade ou tempo para aposentadoria, mas que ainda continuam trabalhando.

Essas e outras medidas visam melhorar a arrecadação da Previdência Social, garantindo sua sustentabilidade com vistas a propiciar seguridade ao trabalhador brasileiro. No Gráfico 01, apresenta-se a evolução da arrecadação líquida e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social entre 2000 e 2010.

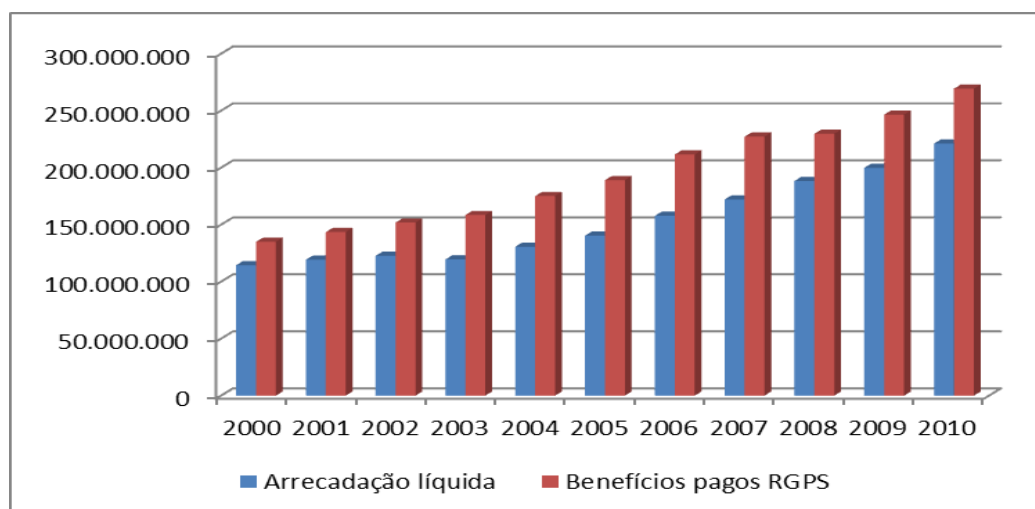


Gráfico 01. Evolução da arrecadação líquida e dos benefícios pagos* pelo Regime Geral de Previdência Social, Brasil: 2000-2010

Fonte: Elaborado a partir do Boletim estatístico da Previdência Social (fev/2011)

* Valores em mil Reais constantes, atualizado pelo INPC, preços de fevereiro de 2011.

Conforme mostra o Gráfico 1, a evolução da arrecadação líquida esteve abaixo dos benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social, evidenciando um déficit que passou de R\$ 20,5 bilhões, em 2000, para R\$ 48,1 bilhões em 2010.⁸

Esse é um aspecto relevante que, aliado ao envelhecimento da população e ao aumento da expectativa de vida dos brasileiros, suscita a necessidade de se constituírem mecanismos eficientes de aumento da arrecadação, bem como de redução das despesas. Modificações na configuração do

⁸ Destaca-se que o déficit da Previdência Social ocorre após a dedução da DRU (Desvinculação das Receitas da União), determinado pela constituição de 1988, sem a qual o saldo seria superavitário.

mercado de trabalho atual, com medidas de postergação do tempo de aposentadoria, nesse cenário, poderiam ser ações importantes nesse sentido.

2.3. A tendência recente da participação das pessoas mais velhas no mercado de trabalho brasileiro

A terceira questão pertinente à presente discussão é a própria trajetória de aumento da participação das pessoas de 50 anos ou mais na força de trabalho total, que merece ser mais bem qualificada.

Nesse sentido, rompendo com uma tendência que ganhou força ao longo dos anos 1980 e se seguiu, pelo menos por toda a década de 1990, quando a parcela da PEA com mais idade, normalmente a partir dos 50 anos, era substituída por empregados mais jovens e escolarizados, na fase recente tal tendência encontra-se em reversão.

Nos anos 1990 foi comum o fato de que, por volta dos 50 anos, o trabalhador passasse a ser menos valorizado no ambiente de trabalho, deixando de ocupar postos de trabalho formais ingressando em trajetórias de marginalização e ocupação de postos de trabalho precários. Na década de 2000, contudo, pode ser observada uma recuperação da economia, que permitiu a melhoria das condições do mercado de trabalho com o aumento do emprego formal, a redução do desemprego e o aumento do rendimento real dos trabalhadores. Ramos (2007), elenca cinco principais prováveis fatores para essa recuperação. O primeiro fator residiu no aumento e na diversificação do crédito interno para incentivar os investimentos e aumentar o nível de ocupação. O segundo, consistiu no aumento de desconcentração do gasto social, que se deu a partir do aumento em gastos com saúde, educação e transferência de renda. Como terceiro fator, tem-se a diversificação e expansão do saldo externo, que resultaram em reflexos positivos para o mercado de trabalho. Em quarto lugar está a consolidação do regime tributário simplificado para as micro e pequenas empresas (SIMPLES), que reduziu a carga tributária e ampliou as reduções formais. Por último, obteve-se uma maior eficácia das ações de intermediação de mão de obra e de fiscalização das relações e condições de trabalho nas empresas.

Portanto, nos anos 2000, o desempenho do mercado de trabalho brasileiro vem apresentando um comportamento diferenciado do verificado nos anos 1990, com a melhoria das condições gerais do

mercado de trabalho, se refletindo de forma positiva também sobre a inserção das pessoas das faixas etárias mais elevadas.

Isso pode ser constatado no Gráfico 02, que mostra a evolução percentual dos trabalhadores entre 24 e 49 anos e daqueles acima dos 50 anos de idade. Nota-se, que os indivíduos com mais de 24 anos passam a participar mais da força de trabalho. No entanto, a faixa de indivíduos com 50 anos ou mais apresentou um incremento bastante superior: 3,6 p.p. entre 2001 e 2009. Já a faixa entre 25 e 49 anos apresentou um aumento na participação de 1,2 p.p.

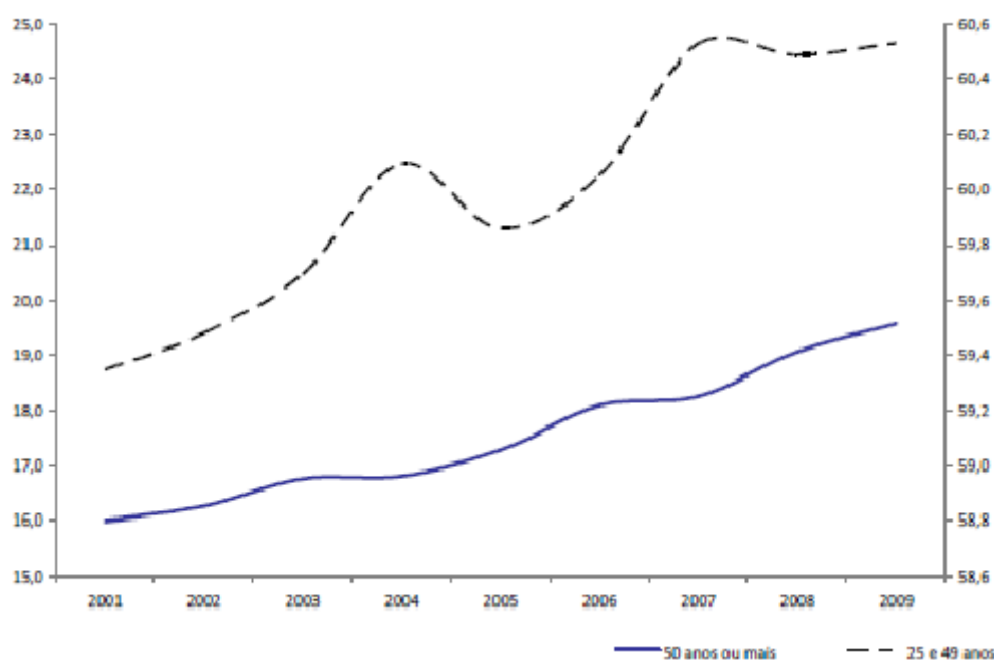


Gráfico 02.: Evolução percentual da população ocupada por faixa etária. Fonte: IBGE/PNAD (In: IPEA, 2010)

Entre os motivos explicativos dessa maior participação dos indivíduos com mais de 50 anos, está o próprio aumento, deste grupo etário, no total da população brasileira, que atingiu de 40% em 2009. Frente ao exposto, é importante verificar a evolução e as condições nas quais está se efetivando a participação dos trabalhadores a partir dos 50 anos no mercado de trabalho brasileiro, o que será evidenciado a seguir.

3 PERFIL DA PARTICIPAÇÃO DOS OCUPADOS A PARTIR DE 50 ANOS DE IDADE NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

3.1 Base de dados

O presente estudo tem por base as informações coletadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no período 1999-2009 (exceto o ano de 2000, quando a pesquisa não foi realizada). A PNAD tem periodicidade anual desde 1971, sendo interrompida por ocasião dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000. Trata-se de um levantamento anual, realizado por meio de uma amostra dos domicílios, que abrange todo o país. O procedimento metodológico adotado pelo IBGE implica que cada pessoa da amostra represente um determinado número de pessoas da população.

De acordo com as notas metodológicas do IBGE (2007), classificam-se como ocupadas as pessoas que, no período de referência, tinham trabalho durante todo ou parte desse período e, ainda, as pessoas com trabalho remunerado e que estavam afastadas temporariamente nessa semana por algum motivo (férias, por exemplo). Consideram-se rendimentos de trabalho, aqueles decorrentes dos pagamentos brutos mensais aos empregados, empregadores e pessoal por conta própria, advindos do trabalho principal. O trabalho principal é o trabalho único que a pessoa, de dez ou mais anos de idade, teve no período da pesquisa (semana de referência da PNAD).

Para analisar o comportamento dos ocupados com mais de 50 anos de idade, foram incluídos na amostra apenas os indivíduos que declararam ter mais de 50 anos e estar trabalhando. Para traçar o perfil desses trabalhadores realizou-se uma análise descritiva através da: 1- caracterização pessoal (gênero, cor e escolaridade); 2- rendimento; 3- ramos de atividade e 4 - perfil dos aposentados inseridos no mercado de trabalho. Em relação à cor, consideram-se brancos e não brancos. Os grupos de escolaridade são definidos como: de 0 até 4 anos de estudo e de 5 até 8 anos de estudo, de 9 até 11 anos de estudo e de 12 ou mais anos de estudo. O rendimento segue a divisão em classes de renda, de acordo com os estudos de Neri (2007): classe E até R\$ 768,00; classe D de 768,00 até R\$ 1.064,00; classe C de 1.064,00 até R\$ 4.591,00 e classe AB acima de R\$ 4.591,00. Por fim, os setores são agrupados como agrícola, indústria, comércio, serviço, construção civil, funcionário público e doméstico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção é realizada uma análise descritiva dos dados, a qual tem por objetivo avaliar o perfil dos indivíduos ocupados com mais de 50 anos de idade, no período 1999- 2009, a partir da caracterização segundo gênero, cor, escolaridade, idade, rendimento e setor de atividade. Em seguida, analisa-se o perfil dos trabalhadores aposentados, mas que continuam trabalhando.

O Gráfico 03 mostra a evolução da participação dos trabalhadores com mais de 50 anos na força de trabalho.

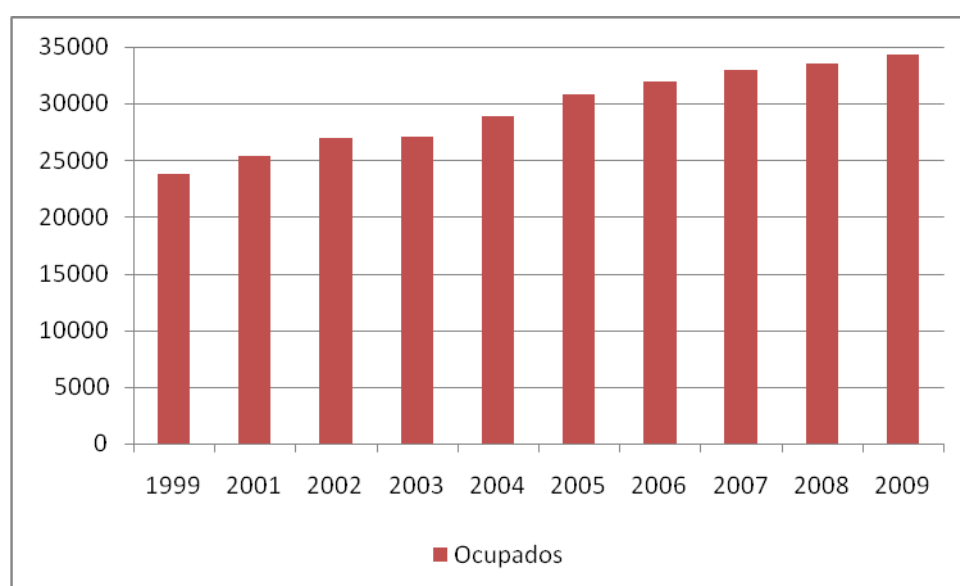


Gráfico 03. Evolução do número de ocupados a partir de 50 anos de idade: Brasil, 1999 a 2009, em milhares. Fonte: Elaborado a partir dos dados da PNAD de 1999 a 2009.

A análise do Gráfico 3 revela um aspecto relevante no perfil etário da população ocupada brasileira, qual seja, o aumento substancial da participação dos trabalhadores com mais de 50 anos: cerca de 30%, de 1999 até 2009.

Segundo Cardoso Jr. (2007), Ramos (2007) e Pochmann (2006), o mercado de trabalho, nos anos de 1990, foi marcado pelo desemprego, pela informalidade e relações precárias de trabalho. Na década de 2000, passou por várias transformações, tais como, redução do desemprego, aumento de trabalhadores com carteira assinada, política de valorização do salário mínimo e queda na desigualdade de renda. Essas mudanças fizeram-se sentir no aumento do número de trabalhadores com perfil etário a partir de 50 anos de idade.

O quadro populacional brasileiro, na primeira décadas do século XXI, favoreceu o crescimento econômico e, de acordo com Alves (2008), também o “bônus demográfico,⁹” representou uma oportunidade decorrente da estrutura etária da pirâmide populacional. Conforme o autor, que o Brasil passa por uma situação interna favorável ao longo dos anos 2000 e, em vista desta os trabalhadores com mais idade podem contribuir com a elevação da produção do país, pois na fase recente, além de ter a maioria da população adulta, há um aumento da população ocupada com mais de 50 anos de idade. Dessa forma, os indivíduos ocupados não são um entrave, como pareciam ser na década de 1990, mas sim um fator de propulsão ao crescimento econômico do país, que deveria aproveitar esse “bônus” para alavancar o desenvolvimento.

Na sequência, o gráfico 04 apresenta a distribuição percentual das pessoas ocupadas com idade superior a 50 anos, segundo as respectivas faixas etárias.

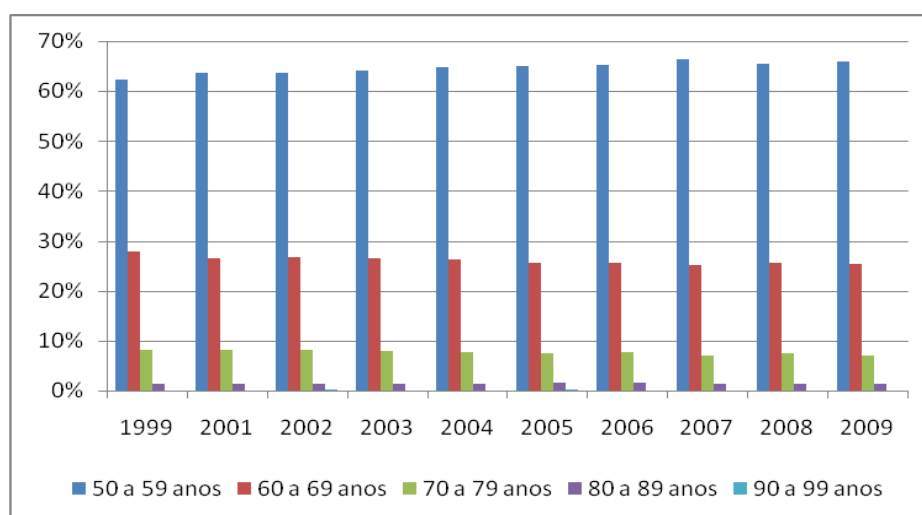


Gráfico 04. Distribuição percentual dos ocupados a partir de 50 anos de idade, por faixa etária, 1999 a 2009. Fonte: Elaborado a partir dos dados da PNAD de 1999 a 2009.

Como mostra o Gráfico 4, em média, 64,68% dos trabalhadores têm idade de 50 até 59 anos, enquanto 26,14% possuem de 60 até 69 anos de idade e, apenas 9,18%, têm acima de 70 anos. Feitas essas considerações, a seguir, apresenta-se a caracterização desses trabalhadores segundo o gênero, a cor e o nível de escolaridade.

⁹ É um fenômeno que ocorre em um período de tempo no qual a estrutura etária da população apresenta menores razões de dependência (mais idosos, crianças e adolescentes) e maiores percentuais de população em idade economicamente ativa, possibilitando que as condições demográficas atuem no sentido de incrementar o crescimento econômico e a melhoria das condições sociais dos cidadãos (ALVES, 2008, p. 1).

4.1. Caracterização pessoal: gênero, cor e escolaridade

Iniciando pelo gênero, o Gráfico 05 evidencia uma maior proporção de trabalhadores do sexo masculino que, em média, no período 1999-2009, representaram 60,25% desta população contra 6% para o sexo feminino. Vale destacar, que houve uma variação negativa na participação dos homens (3%) e uma positiva no aumento das mulheres (5,08%).

Esses dados sugerem que a mão de obra feminina, de 50 anos de idade, apresenta desvantagem quando comparada à masculina. Para Jacinto *et al* (2002) esse comportamento gera uma discriminação de caráter alocativo, caracterizada por trabalhadores igualmente produtivos, mas com diferentes oportunidades de ocupar postos de trabalho.



Gráfico 05. Distribuição percentual dos ocupados a partir de 50 anos de idade, por gênero, 1999 a 2009. Fonte: Elaborado a partir dos dados da PNAD entre 1999 e 2009.

Em relação à cor das pessoas ocupadas com mais de 50 anos de idade, os dados mostram uma maior concentração de não brancos em relação aos brancos. A participação média foi de 48,47% de trabalhadores brancos e 51,53% de não brancos, porém se observa uma variação negativa dos brancos (13,34%) e uma positiva dos não brancos (11%). Os dados revelam uma inversão do comportamento dessa variável a partir de 2004. Vale notar que o aumento proporcional dos não brancos deveu-se ao maior incremento dos pardos (Gráfico 06).

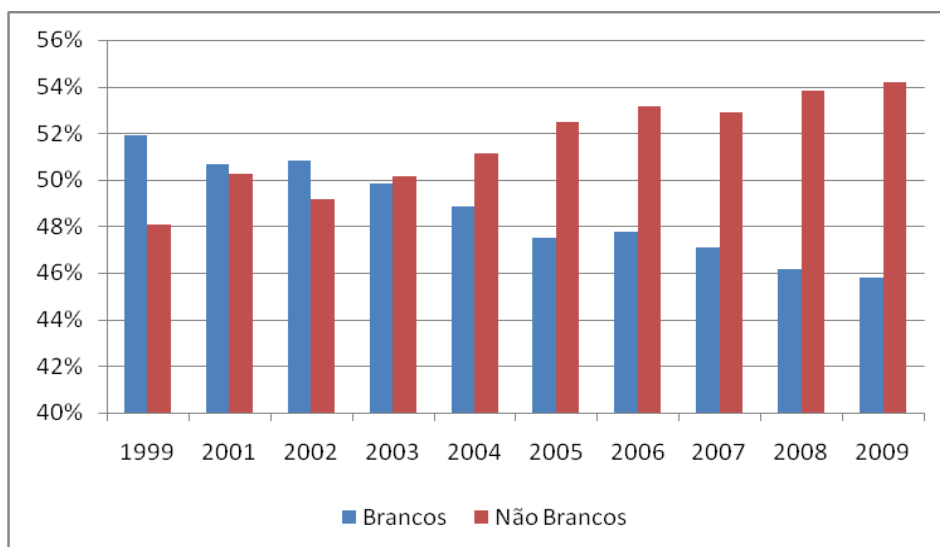


Gráfico 06. Distribuição percentual dos ocupados a partir de 50 anos de idade, por cor, 1999 a 2009. Fonte: Elaborado a partir dos dados da PNAD de 1999 a 2009.

A próxima variável a ser estudada é o perfil escolar. O gráfico 07 ilustra a proporção dos ocupados segundo as faixas de escolaridade. Os dados revelam que a maior proporção de ocupados situa-se entre as faixas de 0 até 4 anos de estudo (média, 65,30%), seguida pelas faixas de 5 até 8 anos (18,90%), de 9 até 11 anos (12,92%) e, acima de 12 anos de estudo (2,8%). Percebe-se uma discrepância substancial quando se comparam os trabalhadores nos intervalos de menos de 4 anos de estudo com aqueles acima de 12 anos de estudo.

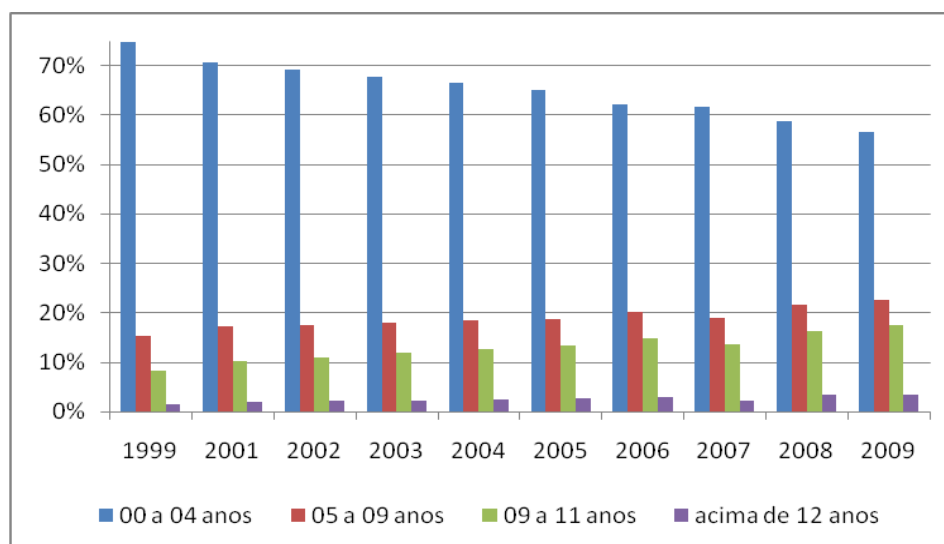


Gráfico 07. Distribuição percentual dos ocupados a partir de 50 anos de idade, por escolaridade, entre 1999 e 2009. Fonte: Elaborado a partir dos dados da PNAD de 1999 a 2009.

Um ponto a ser ressaltado, refere-se ao fato de que houve, no período analisado, a queda dos ocupados com menos de 4 anos de estudo (33% aproximadamente) e um aumento nas outras faixas.

Apesar das pessoas com mais de 50 anos de idade terem uma participação pequena na faixa acima de 12 anos de estudo, verificou um incremento de 52% nesta faixa entre 1999 e 2009. Sendo assim, pode-se constatar que o mercado de trabalho está absorvendo cada vez mais trabalhadores com mais de 50 anos e mais escolarizados.

Na sequência, analisa-se o rendimento dos trabalhadores acima de 50 anos.

4.2. Rendimento

No gráfico 08 é ilustrado o rendimento do trabalho para as faixas etárias a partir de 50 anos, de 1999 a 2009.

Os dados apontam que a renda real dos trabalhadores da faixa de 50 a 59 anos passou de R\$ 980,89, em 1999, para R\$ 1.090,18 em 2009, aumentando 10% no período. Já o rendimento da faixa de 60 a 69 anos elevou-se em 18,4%, seguido dos que possuem entre 70 e 79 anos (20,23%).

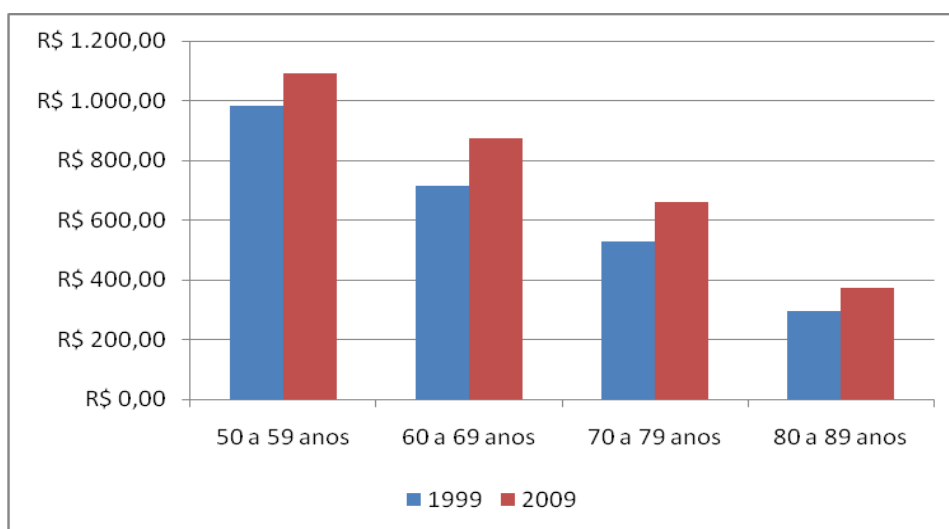


Gráfico 08. Rendimento (em R\$) dos ocupados a partir de 50 anos de idade, 1999 e 2009. Fonte: Elaborado a partir dos dados da PNAD de 1999 até 2009.

Além de analisar a evolução do rendimento médio real, também é importante verificar como se deu a distribuição dos ocupados, segundo as classes de renda. No Gráfico 09, apresenta-se a referida análise, na qual se observa que, em média, 74,82% das pessoas ocupadas com mais de 50 anos de idade pertencem à classe E (indivíduos que ganham até R\$ 768,00), contra 2,84% alocados na classe AB (ganham acima de R\$ 4.591,00), 9,14% na classe C (R\$ 1.064,00 até R\$ 4.591,00) e

13,16% na classe D (R\$ 768,00 até R\$ 1.064,00). Um aspecto positivo dessa evolução é a queda dos trabalhadores que compõem a classe E, concomitante a um aumento nas outras classes de renda, notadamente a classe C, que foi a que mais cresceu no período avaliado, aproximadamente 66% entre 1999 e 2009.

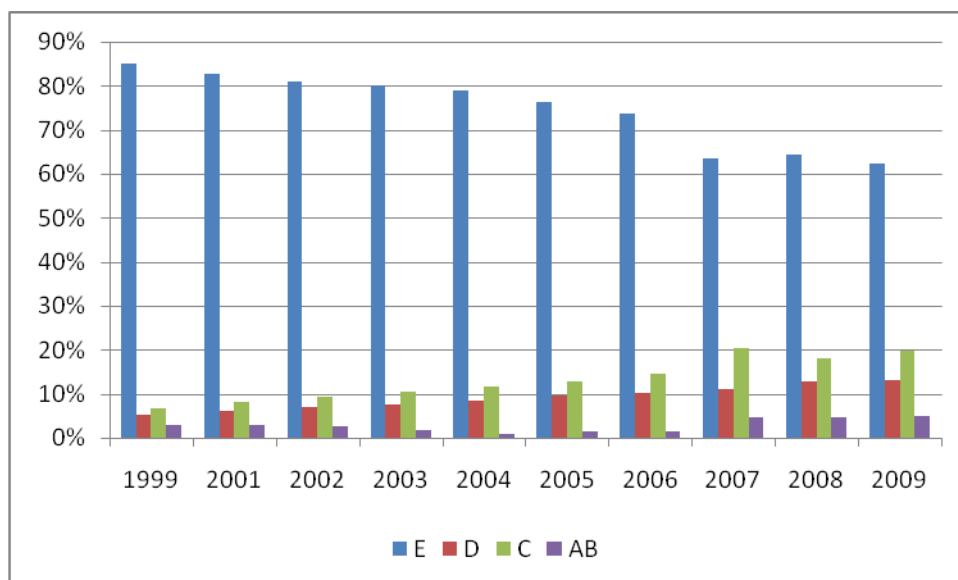


Gráfico 09. Distribuição percentual dos ocupados a partir de 50 anos de idade, por classe de renda, 1999 a 2009. Fonte: Elaborado a partir dos dados da PNAD de 1999 a 2009.

Para ficar mais evidente a caracterização em relação ao rendimento dos trabalhadores com mais de 50 anos, realizou-se um cruzamento dessa variável com as características sexo, cor e o segmento de faixa etária (Gráfico 10).

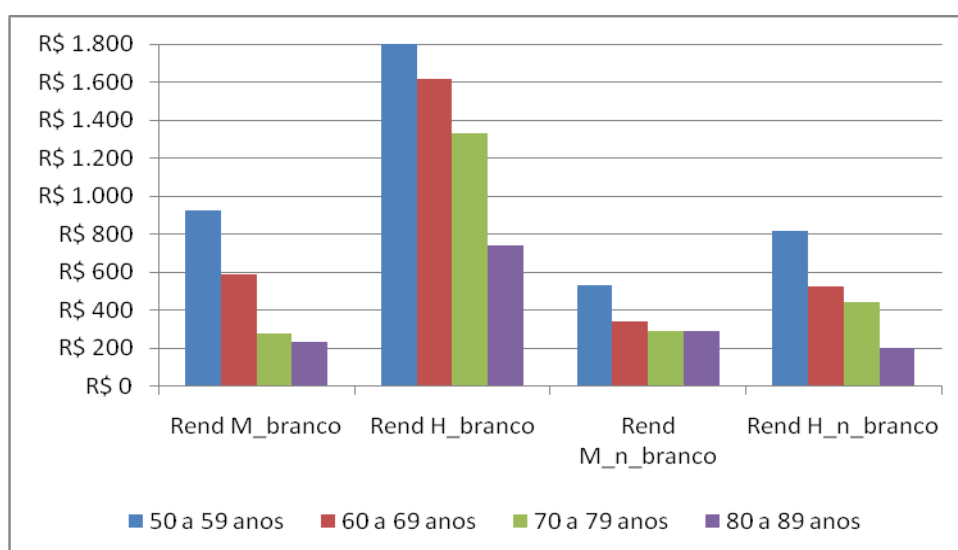


Gráfico 10. Rendimento médio dos ocupados a partir de 50 anos de idade, em relação ao gênero e cor, 1999 a 2009. Fonte: Elaborado a partir dos dados da PNAD de 1999 até 2009.

Em suma, percebe-se no Gráfico 10, que os trabalhadores ganham mais no intervalo de 50 até 59 anos de idade independente do gênero ou cor. As mulheres têm um rendimento inferior em relação aos homens em todas as faixas etárias, principalmente as não brancas.

4.3. Ramos de atividade

Outra variável importante para entender a participação do grupo de indivíduos estudado no mercado de trabalho, é a observação da sua atuação segundo os setores de atividade. Esse comportamento é ilustrado no gráfico 11, que mostra uma concentração dos trabalhadores a partir de 50 anos no setor agrícola (53%), seguido do setor serviços (23%) e construção civil (13%). Em contrapartida, uma menor concentração desses trabalhadores ocorre nos serviços domésticos (4%) e no funcionalismo público (5%).

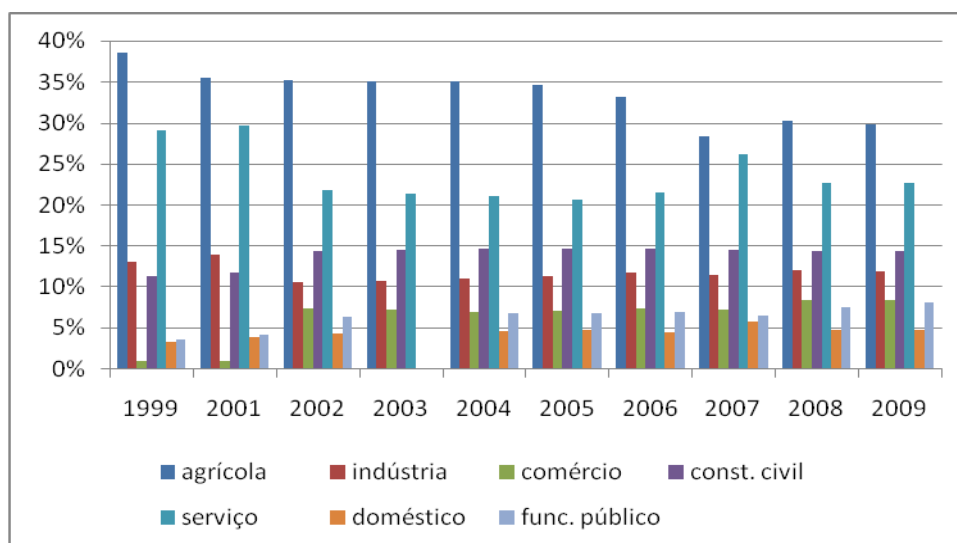


Gráfico 11. Distribuição percentual dos ocupados a partir de 50 anos de idade, por ramo de atividade, 1999 a 2009. Fonte: Elaborado a partir dos dados da PNAD de 1999 a 2009.

Na sequência, a análise volta-se para a investigação da participação dos trabalhadores já aposentados e com mais de 50 anos, no mercado de trabalho brasileiro.

4.4 A participação dos aposentados ocupados

Conforme mostra a tabela 1, em 1999, 7.278 milhares de aposentados estavam inseridos no mercado de trabalho, contra 9.150 em 2009, um aumento de 20,45% no período. Como na análise anterior, os homens são maioria, porém observou-se, que entre 1999 e 2009, ocorreu um aumento de aposentadas que ainda continuam ocupadas, aproximadamente 4%.

Também observa-se, que a maioria dos aposentados tem menos de 4 anos de estudo e um pequeno percentual mais de 12 anos. Ademais, houve um acréscimo de 30% na faixa de trabalhadores com mais de 12 anos de estudo. Da mesma forma que os trabalhadores não aposentados, os já aposentados estão mais presentes na classe E, ou seja, ganham até R\$ 768,00.

De forma diversa dos resultados para trabalhadores acima de 50 anos, os aposentados que continuam trabalhando constituem-se, na maioria, de brancos pertencentes à faixa etária de 60 até 69 anos de idade. Além disso, o percentual é superior no setor agrícola e inferior na construção civil. Um dos fatos que poderia explicar esse comportamento é que, na agricultura esses trabalhadores se aposentam mais cedo, o homem com 55 anos e a mulher com 50 anos, mas dada a necessidade de complementar a renda, esses trabalhadores permanecem trabalhando.

Tabela 01. Composição da participação média dos aposentados ocupados no Brasil, 1999 a 2009.

	1999	2009
Aposentados ocupados*	7.278	9.150
Gênero (%)		
Homem	65,62	62,44
Mulher	34,38	37,56
Escolaridade (%)		
00 a 04 anos de estudo	78,63	69,97
05 a 08 anos de estudo	12,45	16,44
09 a 11 anos de estudo	7,38	11,34
Acima de 12 anos	1,54	2,25
Cor (%)		
Branco	56,27	51,45
Não Brancos	43,74	48,55
Faixa Etária (%)		
50 a 59 anos de idade	26,27	28,49
60 a 69 anos de idade	47,05	46,52
70 a 79 anos de idade	22,52	20,77
80 a 89 anos de idade	3,90	3,95
90 a 99 anos de idade	0,26	0,31
Rendimento (%)		
Classe AB	0,48	0,72
Classe C	4,40	5,64
Classe D	11,65	11,42
Classe E	83,47	82,17
Setor (%)		

Agrícola	56,66	52,35
Indústria	9,05	10,18
Comércio	9,16	12,81
Construção Civil	0,34	4,23
Serviços	20,23	15,86
Funcionário Público	3,27	3,39
Doméstico	1,28	1,19

Fonte: Elaborado a partir dos dados da PNAD de 1999 a 2009.

*Em milhares.

Dessa forma, pode-se concluir que os ocupados com mais de 50 anos, inseridos no mercado de trabalho brasileiro de 1999 a 2009, são em sua maioria homens, de cor não branca, predominantemente na faixa etária de 50 a 59 anos. Além disso, a maioria desses trabalhadores têm menos de 4 anos de estudo, porém, vem aumentando a participação das faixas mais escolarizadas. Em relação à renda, os resultados mostraram que, aproximadamente 63% da população brasileira com mais de 50 anos de idade, no ano de 2009, pertencia à classe de renda mais baixa (E), cuja renda é de até R\$ 768,00. Porém, a classe que mais cresceu no período foi a C (de R\$ 768,00 a R\$ 1.064,00). No que se refere às mulheres, as não-brancas são as que auferem os menores rendimentos.

Os dados apontaram ainda que os setores agrícola, serviços e construção civil são os que mais concentram trabalhadores de 50 anos e mais, ao passo que nos segmentos do funcionalismo público e dos empregados domésticos está a minoria empregada.

Quando se analisa o segmento dos aposentados que ainda estão na ativa, verifica-se que esses diferem dos demais em relação à cor (a maioria são brancos), estão mais presentes na faixa de 60 a 69 anos de idade e concentram predominantemente nos ramos de atividade: agrícola, serviços e comércio. Além disso, 82,1%, em média, se inserem na faixa de renda E (ganham até R\$ 768,00).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a trajetória comportamental do emprego para a faixa etária de 50 anos e mais, buscando avaliar pormenorizadamente sua caracterização com respeito aos aspectos pessoais: cor, sexo e escolaridade; rendimento/classes de renda e ramos de atividade. Além disso, buscou-se avaliar a condição da inserção dos trabalhadores aposentados que continuam trabalhando. O intuito foi conhecer a evolução e a natureza dessa inserção, cuja

participação recente, na força de trabalho total, vem crescendo bem acima das outras faixas de idade entre 1999 e 2009.

Nessa perspectiva, levando em conta aspectos como a mudança demográfica (envelhecimento da população), o desafio daí decorrente para a Previdência Social e o novo perfil da força de trabalho, percebe-se que conhecer melhor as características dos trabalhadores dessa faixa etária é relevante para o mercado de trabalho e para o próprio processo de desenvolvimento econômico brasileiro na fase recente.

Nesse objetivo, a partir da análise exploratória dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre os anos de 1999 a 2009, chegou-se a resultados interessantes sobre o aumento recente da participação e das características do grupo de trabalhadores da população acima dos 50 anos.

De um modo geral, a análise dos dados mostrou que os ocupados são predominantemente homens, não-brancos situados, em sua maioria, na faixa etária entre de 50 a 59 anos. No que toca à questão da escolaridade, verificou-se que a maior parte desses trabalhadores têm menos de 4 anos de estudo (65,4% em média no período), porém, observou-se que vem aumentando o nível de escolaridade média.

Em relação à remuneração recebida e à classe de renda observa-se um aspecto não tão animador – os ocupados com mais de 50 anos se situam predominantemente nas classes mais baixas. Os resultados mostraram que, aproximadamente 63% da população brasileira com mais de 50 anos, no ano de 2009, pertencia à classe de renda mais baixa (E), cuja renda é de até R\$ 768,00. Mas, um ponto importante nessa questão, foi a queda do número de trabalhadores inseridos na faixa E, paralelamente ao aumento na Classe C, que elevou-se de 8%, em 1999, para 20% em 2009. Se observada a situação da mulheres, mais um ponto desfavorável se apresenta: de um modo geral, elas recebem menos que os homens, sendo as não-brancas as que auferem os menores rendimentos.

No que se refere aos setores de atividades, os dados apontaram que os setores agrícola, serviços e construção civil são os que mais concentram trabalhadores de 50 anos e mais, em detrimento do funcionalismo público e dos empregados domésticos.

Finalmente, ao se analisar o segmento dos aposentados que ainda estão na ativa, verifica-se que a maioria é branco, está na faixa etária entre 60 e 69 anos de idade e se insere predominantemente no setor agrícola, seguido dos serviços e comércio. Ademais, cerca de 82,1% pertence a referida E (até R\$ 768,00).

A partir da presente análise parece claro, que a condição de inserção dos trabalhadores mais velhos no mercado de trabalho apresenta substancial fragilidade: baixa escolaridade, baixos rendimentos e, é por causa da situação de pobreza, que existe a necessidade desses trabalhadores já aposentados de continuar trabalhando.

Se é verdade que a economia agora está mantendo e/ou absorvendo este grupo de indivíduos, dada a conjuntura econômica mais favorável da década de 2000, levando a que as empresas se tornem mais receptivas a esses trabalhadores, parece claro que a política pública deve levar em consideração essa mudança de tendência do mercado de trabalho brasileiro e conceder atenção adicional a classe dos trabalhadores longevos, questão em torno da qual debate, as economias desenvolvidas, vem se debatendo há longa data.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, José. **O bônus demográfico e o crescimento econômico no Brasil**. Local: Editora, 2008.

CARDOSO Jr, José Celso. **De volta para o futuro?** As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições de sua sustentabilidade temporal. Brasília, DF: IPEA, 2007. (Texto para discussão, n. 1310).

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos. A Previdência Social brasileira tem déficit? **Nota técnica**. nº52, outubro de 2007.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos. A situação do mercado de trabalho na primeira década de 2000. São Paulo: Dieese, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em www.ibge.com.br. Acesso em 10/04/2010.

_____. **Censo Demográfico**. Disponível em www.ibge.com.br. Acesso em 06/04/2010.

IPEA. PNAD 2009. Primeiras análises: O mercado de trabalho em 2009. **Comunicados do IPEA**. Nº 62, 23 de setembro de 2010.



JACINTO, P.; ROTATORI, W.; MONTROYA, M. Diferenciais de salário na indústria avícola da região sul: uma aplicação da decomposição de Oaxaca. In: CONGRESSO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40. 2002, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: Sober, 2002. CD-ROM.

Ministério de Previdência Social. **Boletim Estatístico da Previdência Social**. V. 16, nº 2, fevereiro de 2011. Disponível em: http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_110324-154450-196.pdf

NERI, Marcelo. **A pequena grande década**: crise, cenários e a nova classe média. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2010. p. 1-104.

POCHMANN, Márcio. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. Campinas, IE/CESIT, 1998.

POCHMANN, Márcio. Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil? **Revista Parcerias estratégicas**, n. 22, p. 121-144, jun. 2006.

RAMOS, Lauro. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro**: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

SANTOS, Flávia. A centralidade do emprego na promoção do bem-estar: desafios para o Brasil no século XXI. Tese de Doutorado. IE/UFRJ: Rio de Janeiro, 2009.

SOARES, Pedro. Emprego cresce mais na faixa acima dos 50 anos. **Folha de São Paulo**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=8118&Itemid=75. Acesso em 25/04/2011.

WALKER, Alan. Trabalhadores mais velhos e envelhecimento ativo na Europa. Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento, Porto Alegre, v. 8, p. 7-33, 2005.